

HABEAS CORPUS Nº 525.405 - MG (2019/0230311-5)

RELATOR : **MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO**
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
ADVOGADOS : NÁDIA DE SOUZA CAMPOS - MG059101
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PACIENTE : JOAO PAULO JESUS DE SOUSA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Trata-se de **habeas corpus**, substitutivo de recurso especial, com pedido liminar, impetrado em favor de **JOAO PAULO JESUS DE SOUSA**, contra v. acórdão proferido pelo eg. **Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais**.

Depreende-se dos autos que o d. Juízo das Execuções reconheceu a prática de falta grave (levar drogas para dentro da prisão) pelo paciente, consistente no cometimento de crime doloso no curso da execução da pena, aplicando os consectários legais (fls. 40-41).

Irresignada, a d. Defesa interpôs agravo em execução perante o eg. Tribunal de Justiça, que **negou provimento ao recurso**, nos termos do v. acórdão de fls. 68-77, assim ementado:

"AGRAVO EM EXECUÇÃO - SENTENCIADO EM EXECUÇÃO DE PENA - REGIME SEMIABERTO - PRÁTICA DE NOVO CRIME DOLOSO - FALTA GRAVE RECONHECIDA - PERDA DE 1/3 DOS DIAS REMIDOS - REGRESSÃO PARA O REGIME FECHADO - MATERIALIDADE E AUTORIA COMPROVADOS - INTERRUPÇÃO DO LAPSO TEMPORAL PARA PROGRESSÃO DE REGIME - IMPOSSIBILIDADE. Se da prova juntada aos autos ressaí claro o cometimento de falta grave pelo reeducando, mostra-se correto o registro da infração em seu prontuário, a fixação de novo termo para obtenção dos benefícios da execução, a perda dos dias remidos, bem como a regressão para o regime fechado."

Daí o presente **habeas corpus**, no qual a d. Defesa, ora impetrante,

argui a ilegalidade do v. acórdão ao reconhecer a falta grave sem a respectiva condenação definitiva pela prática de novo fato criminoso. Entende que o **decisum** afronta o princípio da não culpabilidade, disposto no art. 5º, LVII, da Constituição Federal, dentre outros.

No mais, afirma ser imprescindível a realização de laudo toxicológico para a aferição da falta grave em espécie.

Requer, inclusive LIMINARMENTE, *"a concessão da ordem para, suspender os efeitos do acórdão impugnado, até final julgamento de mérito desta impetração; [...] Meritoriamente, a concessão da ordem, para, modificar a decisão que do tribunal de justiça que negou provimento ao recurso defensivo, para que assim seja reformada a decisão do juízo a quo, para que não ocorra à homologação da falta grave e a consequência, qual seja, perda de 1/3 (um terço) dos dias remidos"* (fl. 10).

O pedido liminar foi **indeferido**, às fls. 84-87, quando já foi adiantado que *"A questão atinente ao laudo toxicológico não foi analisada pelo eg. Tribunal de origem, razão pela qual não será aqui debatida, pois, caso contrário, haveria a indevida supressão de instância". Do que não houve recurso.*

As informações foram prestadas, às fls. 94-121 e 122-127.

O d. Ministério Público Federal oficiou pela **denegação da ordem**, em r. parecer de fls. 129-134, assim ementado:

"HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. IMPOSSIBILIDADE. UTILIZAÇÃO INADEQUADA DO WRIT. EXECUÇÃO PENAL. RECONHECIMENTO DE FALTA GRAVE. CONSEQUÊNCIAS LEGAIS. REGRESSÃO DE REGIME, PERDA DOS DIAS REMIDOS E FIXAÇÃO DE NOVA DATA-BASE PARA FINS DE PROGRESSÃO. APLICAÇÃO DA SÚMULA 534/STJ. FALTA GRAVE TIPIFICADA TAMBÉM COMO CRIME. PRESCINDIBILIDADE DO TRÂNSITO EM JULGADO DE CONDENAÇÃO PENAL. PRECEDENTES DO STJ. AUSÊNCIA DE ILEGALIDADE. LAUDO TOXICOLÓGICO. NECESSIDADE NÃO DEBATIDA PELO TJMG. A PROVA, TODAVIA, FOI ELENCADE NO ACÓRDÃO, INEXISTINDO A LACUNA APONTADA PELA DEFESA.

**PARECER PELO NÃO CONHECIMENTO DO HABEAS CORPUS
OU, SE CONHECIDO, PELA DENEGAÇÃO DA ORDEM."**

É o relatório.

Decido.

A **Terceira Seção desta Corte**, seguindo entendimento firmado pela **Primeira Turma do col. Pretório Excelso**, sedimentou orientação no sentido de não admitir **habeas corpus** substitutivo do recurso adequado, situação que implica o não conhecimento da impetração, ressalvados casos excepcionais em que, configurada flagrante ilegalidade, seja possível a concessão da ordem de ofício.

Tal posicionamento tem por objetivo preservar a utilidade e eficácia do **habeas corpus** como instrumento constitucional de relevante valor para proteção da liberdade da pessoa, quando ameaçada por ato ilegal ou abuso de poder, de forma a garantir a necessária celeridade no seu julgamento. Assim, incabível o presente **mandamus**, porquanto substitutivo de recurso especial.

Em homenagem ao princípio da ampla defesa, contudo, necessário o exame da insurgência, a fim de se verificar eventual constrangimento ilegal passível de ser sanado pela concessão da ordem, de ofício.

Para melhor delimitar a **quaestio**, transcrevo, inicialmente, os seguintes trechos do v. acórdão (fls. 68-77):

"Cuida-se de Agravo em Execução Penal interposto pela Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais, assistindo aos interesses do reeducando João Paulo Jesus de Sousa, em face da decisão de fls. 16v/17 proferida pelo MM. Juiz de Direito da Vara de Execuções Criminais da Comarca de Ponte Nova/MG que, ao reconhecer a falta grave praticada pelo agravante, determinou a regressão do regime semiaberto para o regime fechado e a perda de 1/3 dos dias remidos [...].

[...]

Em análise dos argumentos trazidos pela Defesa, percebe-se que seu inconformismo gira em torno da decisão que reconheceu o cometimento de falta disciplinar grave em desfavor do reeducando (art. 52, da LEP).

Após analisar minuciosamente os documentos que instruem o presente agravo, constato que razão não lhe assiste.

Conforme Exame Definitivo de Drogas (fls. 12v/14) foi

encontrado com o agravante 0,99 (noventa e nove centigramas) de maconha quando retornava ao estabelecimento prisional onde cumpre pena em regime semiaberto.

Observa-se, portanto, que a conduta praticada pelo agravante se enquadra no art. 52 da LEP.

[...]

Ademais, entendendo ser prescindível o oferecimento de denúncia para que seja constatada a falta grave, mostra-se legal a decisão ora agravada, razão pela qual não há o que se falar em cassação, ou até mesmo suspensão.

[...]

Desse modo, as alegações da Defesa não merecem acolhimento, haja vista que acertada foi a decisão hostilizada que, fundamentadamente, reconheceu a falta grave do agravante e impôs ao apenado os efeitos da medida.

É imperioso observar, ainda, que a prática de crime doloso no curso de execução penal se equipara a falta grave, não havendo exigência legal de condenação ou trânsito em julgado de condenação para se operar a respectiva sanção disciplinar, exigência que, sem sombra de dúvidas, comprometeria a eficácia e funcionalidade da execução penal.

Nestes termos, é o que dispõe a súmula nº 526 do Superior Tribunal de Justiça [...].

Portanto, tendo o agravante praticado fato previsto como crime doloso - tráfico de drogas - não havendo irregularidades na decisão agravada, fica o recuperando sujeito às penalidades legais, in casu, da forma como estabelecida.

Reconhecido o cometimento de falta grave prevista no art. 52, da LEP, interrompe-se o tempo de cumprimento de pena para efeito de progressão de regime, devendo iniciar-se o novo prazo para a concessão do referido benefício.

O entendimento já fora pacificado pelo Colendo Superior Tribunal de Justiça, estipulando a data da última prisão, in casu, da última falta grave, como marco inicial para progressão de regime.

Todavia, em se tratando de livramento condicional, comutação de pena e indulto, deve-se considerar como marco inicial a data da primeira prisão, o que fica aqui ressalvado.

Da mesma forma, impõe-se o reconhecimento da perda de até 1/3 (um terço) dos dias remidos, conforme determina o art. 118,1, e art. 127, ambos da Lei 7.210/84[...]

Assim, diante de todo o exposto e ainda de tudo mais que nos autos consta, NEGO PROVIMENTO AO RECURSO mantendo intacta a decisão ora vergastada." (grifei)

Pois bem.

Superior Tribunal de Justiça

Com efeito, este eg. Superior Tribunal de Justiça firmou orientação no sentido de que *"o cometimento de crime doloso no curso da execução caracteriza falta grave conforme disposto no art. 52 da Lei de Execução Penal - LEP, sendo prescindível que haja sentença condenatória transitada em julgado"* (HC 364.401/SP, **Quinta Turma**, Rel. Min. **Ribeiro Dantas**, DJe 05/04/2017).

O entendimento encontra-se inclusive sumulado, no enunciado n. 526, **verbis**: *"O reconhecimento de falta grave decorrente do cometimento de fato definido como crime doloso no cumprimento da pena prescinde do trânsito em julgado de sentença penal condenatória no processo penal instaurado para apuração do fato."*

Cumprе observar, ademais, este entendimento vem sendo amplamente replicado nesta eg. Corte Superior, sem qualquer controvérsia na espécie.

Nesse sentido:

"HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO ESPECIAL. NÃO CABIMENTO. FALTA GRAVE. NOVO DELITO NO CURSO DA EXECUÇÃO. TRÂNSITO EM JULGADO DA CONDENAÇÃO. PRESCINDIBILIDADE. SÚMULA 526/STJ. AUSÊNCIA DE INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR. SÚMULA 533/STJ. CONSTRANGIMENTO ILEGAL CARACTERIZADO. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO. ORDEM CONCEDIDA DE OFÍCIO.

[...]

III - Segundo dispõe o enunciado da Súmula n. 526 desta Corte Superior, "O reconhecimento de falta grave decorrente do cometimento de fato definido como crime doloso no cumprimento da pena prescinde do trânsito em julgado de sentença penal condenatória no processo penal instaurado para apuração do fato."

[...]

Habeas corpus não conhecido. Ordem concedida, de ofício." (HC 477.461/RS, **Quinta Turma**, Rel. Min. **Félix Fischer**, DJe 01/02/2019, grifei)

"PROCESSUAL PENAL E EXECUÇÃO PENAL. HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO ESPECIAL. NÃO

CABIMENTO. FALTA GRAVE. NOVO DELITO NO CURSO DA EXECUÇÃO. TRÂNSITO EM JULGADO DA CONDENÇÃO. PRESCINDIBILIDADE. SÚMULA 526/STJ. REGRESSÃO DE REGIME. POSSIBILIDADE. MEDIDA PROPORCIONAL ANTE A GRAVIDADE DA FALTA. ALTERAÇÃO DA DATA-BASE, SALVO PARA FINS DE LIVRAMENTO CONDICIONAL E INDULTO OU COMUTAÇÃO DE PENA. POSSIBILIDADE. PERDA DE 1/3 DOS DIAS REMIDOS. FUNDAMENTAÇÃO CONCRETA. NATUREZA DA CONDUTA. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO.

I - A Terceira Seção desta Corte, seguindo entendimento firmado pela Primeira Turma do col. Pretório Excelso, firmou orientação no sentido de não admitir a impetração de habeas corpus em substituição ao recurso adequado, situação que implica o não-conhecimento da impetração, ressalvados casos excepcionais em que, configurada flagrante ilegalidade apta a gerar constrangimento ilegal, seja recomendável a concessão da ordem de ofício.

II - De acordo com art. 52 da Lei de Execução Penal, constitui falta grave a prática de fato definido como crime doloso no curso da execução. Segundo dispõe o enunciado da Súmula n. 526 desta Corte Superior, "O reconhecimento de falta grave decorrente do cometimento de fato definido como crime doloso no cumprimento da pena prescinde do trânsito em julgado de sentença penal condenatória no processo penal instaurado para apuração do fato."

III - Nos termos do art. 118, I, da Lei de Execução Penal, a prática de falta grave autoriza a regressão de regime prisional.

IV - A prática de falta grave importa na alteração da data-base do prazo para a concessão de benefícios executórios, salvo para fins de livramento condicional (Súmula 441/STJ), comutação de pena ou indulto (Súmula 535/STJ). Precedentes.

V - O cometimento de falta grave no curso da execução penal autoriza a determinação de perda de até 1/3 dos dias remidos (art. 127 da LEP). In casu, a incidência da fração máxima encontra-se devidamente motivada em elementos concretos, notadamente na espécie de falta grave praticada (novo delito durante gozo de saída temporária), mostrando-se idônea a fundamentação apresentada.

Habeas corpus não conhecido." (HC 419.423/RS, Quinta Turma, Rel. Min. Félix Fischer, DJe 01/02/2018, grifei)

"AGRAVO REGIMENTAL. EXECUÇÃO PENAL. NOVO DELITO NO CURSO DA EXECUÇÃO PENAL. FALTA GRAVE. INTERRUÇÃO DO LAPSO PARA PROGRESSÃO DE

REGIME. DECISÃO MANTIDA. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

1. Consoante consolidados nos enunciados das Súmulas n. 526 e 534 do Superior Tribunal de Justiça, praticado novo delito no curso da execução penal, é imperioso o reconhecimento da infração disciplinar grave, o qual independe do trânsito em julgado da condenação e, ainda, ocasiona a interrupção do lapso para progressão de regime, não se confundindo com o incidente de unificação de penas.

2. Agravo regimental não provido." (AgRg no RHC 111.657/SE, Sexta Turma, Rel. Min. Rogério Schietti Cruz, DJe 24/05/2019)

"PROCESSUAL PENAL. AGRAVO REGIMENTAL. EXECUÇÃO. FALTA GRAVE. CRIME DOLOSO. APURAÇÃO. IMPRESCINDIBILIDADE DA INSTAURAÇÃO DE PAD. REGRESSÃO CAUTELAR. POSSIBILIDADE. DESNECESSIDADE DO TRÂNSITO EM JULGADO DA SENTENÇA PENAL CONDENATÓRIA. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.

[...]

4. Este Superior Tribunal firmou o entendimento no sentido da desnecessidade de se aguardar o trânsito em julgado da condenação para se reconhecer a falta grave decorrente da prática de novo delito no curso da execução. Nesse sentido, o verbete sumular n.º 526.

5. Recurso parcialmente provido para reconhecer a validade da regressão cautelar de regime, mantendo, contudo, a declaração de nulidade no tocante à dispensa prévia da instauração de procedimento administrativo disciplinar para o reconhecimento definitivo da falta disciplinar cometida pelo paciente." (AgRg no HC 423.979/RS, Sexta Turma, Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura, DJe 14/03/2018, grifei)

No mais, do v. acórdão, percebe-se que analisou as provas contidas nos autos de regular PAD de forma satisfatória, assim, não havendo sequer falar em necessidade de absolvição e/ou desclassificação da falta.

De outra sorte, para modificar as decisões das instâncias ordinárias para afastar a falta grave que foi imputada ao paciente, não se verificando ilegalidade manifesta, seria necessário aprofundada incursão no acervo fático-probatório produzido no processo disciplinar, providência, sabidamente,

inviável na via estreita do **habeas corpus**, remédio de rito célere e que não admite dilação probatória.

Exemplificativamente:

"EXECUÇÃO PENAL. HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO ESPECIAL. NÃO CABIMENTO. PLEITO DE ABSOLVIÇÃO DO PACIENTE DA IMPUTAÇÃO DE PRÁTICA DE FALTA DISCIPLINAR GRAVE. DESCLASSIFICAÇÃO PARA FALTA MÉDIA. IMPROCEDÊNCIA. DESRESPEITO A SERVIDORES DO ESTABELECIMENTO PRISIONAL. ARTS. 39, II, E 50, VI, DA LEP. FALTA GRAVE CONFIGURADA. AUSÊNCIA DE FLAGRANTE ILEGALIDADE. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO.

I - A Terceira Seção desta Corte, seguindo entendimento firmado pela Primeira Turma do col. Pretório Excelso, firmou orientação no sentido de não admitir a impetração de habeas corpus em substituição ao recurso adequado, situação que implica o não conhecimento da impetração, ressalvados casos excepcionais em que, configurada flagrante ilegalidade apta a gerar constrangimento ilegal, seja possível a concessão da ordem de ofício.

II - O paciente teve contra si reconhecida a prática de falta disciplinar de natureza grave por inobservância do dever de respeito às pessoas com quem deve se relacionar. O referido comportamento enquadra-se nos termos do art. 39, II, e art. 50, VI, da LEP.

III - Havendo a instância ordinária, de modo fundamentado e com remissão a elementos concretos presentes nos autos, concluído que estaria configurada a referida falta disciplinar grave, entender de modo contrário ou entrar em maiores considerações acerca da desclassificação ou absolvição da conduta implicaria necessário revolvimento do acervo fático-probatório, impossível nesta via estreita, de cognição sumária.

Habeas corpus não conhecido" (HC n. 401.020/SP, Quinta Turma, Rel. Min. Félix Fischer, DJe de 28/11/2017, grifei).

"EXECUÇÃO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. FALTA GRAVE. DESOBEDIÊNCIA AOS AGENTES PENITENCIÁRIOS. CONFIGURAÇÃO: ART. 50, VI, C/C ART. 39, II E V, DA LEP. APURAÇÃO MEDIANTE REGULAR PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR. AUSÊNCIA DE OITIVA JUDICIAL DO SENTENCIADO. INEXISTÊNCIA DE

OFENSA AOS PRINCÍPIOS DA AMPLA DEFESA E CONTRADITÓRIO. PERDA DOS DIAS REMIDOS NO PERCENTUAL MÁXIMO. RECURSO NÃO PROVIDO.

1. Consolidou-se nesta Corte Superior de Justiça entendimento no sentido de que a desobediência aos agentes penitenciários se constitui em falta grave, a teor do art. 50, VI, c/c o art. 39, II e V, ambos da Lei de Execuções Penais.

2. Este Tribunal possui orientação no sentido ser "desnecessária a realização de audiência de justificação para homologação de falta grave, se ocorreu a apuração da falta disciplinar em regular procedimento administrativo, no qual foi assegurado, ao reeducando, o contraditório e ampla defesa, inclusive com a participação da defesa técnica" (HC 333.233/SP, Rel. Ministro FELIX FISCHER, Quinta Turma, DJe 6/11/2015).

3. Ressalte-se, por oportuno, que o artigo 118 da LEP exige a oitiva prévia do apenado apenas nos casos de regressão definitiva de regime prisional, o que não é a hipótese dos autos.

4. Impende registrar, ainda, que o habeas corpus não é a via adequada para apreciar o pedido de absolvição/desclassificação da falta grave, tendo em vista que, para se desconstituir o decidido pelas instâncias ordinárias, mostra-se necessário o reexame aprofundado dos fatos e provas constantes dos autos da execução, procedimento vedado pelos estreitos limites do remédio heróico, caracterizado pelo rito célere e por não admitir dilação probatória.

5. Por fim, o cometimento de falta de natureza especialmente grave acarreta a perda dos dias remidos no percentual máximo. Precedentes deste Tribunal" (AgRg no HC n. 440.695/SP, Quinta Turma, Rel. Min. Reynaldo Soares da Fonseca, DJe de 12/06/2018, grifei)

"AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO PENAL. FALTA DISCIPLINAR DE NATUREZA GRAVE. ABSOLVIÇÃO OU DESCLASSIFICAÇÃO DA CONDUTA. INVIABILIDADE DA VIA ELEITA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL INEXISTENTE. OITIVA PRÉVIA DO APENADO PARA HOMOLOGAÇÃO DO PAD. PRESCINDIBILIDADE. PERDA DOS DIAS REMIDOS. DECISÃO FUNDAMENTADA. INSURGÊNCIA DESPROVIDA.

[...]

2. Segundo a jurisprudência vigente nesta Corte Superior de Justiça, concluindo o Tribunal de origem pela existência de falta grave, não cabe, por meio da impetração de mandamus, a verificação acerca da existência da conduta

indisciplinar imputada ao condenado, bem como a aferição de sua classificação como leve, média ou grave, pois a referida análise necessitaria de aprofundado revolvimento fático-probatório, incabível de realizar-se por meio do rito sumário do habeas corpus. Precedentes.

3. Consoante entendimento firmado neste Sodalício, é prescindível a prévia oitiva do apenado antes da homologação do PAD, quando a apuração da falta grave tiver ocorrido por meio de procedimento, no qual tenha sido oportunizado ao condenado o amplo exercício da defesa, inclusive com a presença de advogado legalmente constituído. Precedentes.

4. Nos termos da consolidada jurisprudência deste Superior Tribunal de Justiça, a perda de até 1/3 dos dias remidos, em razão do cometimento de falta grave, exige fundamentação concreta com observância das diretrizes elencadas no artigo 57 da LEP. Precedentes.

5. No caso em exame, a revogação da remissão no patamar máximo previsto em lei foi devidamente motivada, não se verificando, portanto, ilegalidade apta a autorizar a concessão da ordem de ofício.

*6. Agravo regimental desprovido" (AgRg no HC n. 407.879/SP, **Quinta Turma**, Rel. Min. **Jorge Mussi**, DJe de 21/11/2017, grifei).*

Nesse passo, verifica-se que, no caso dos autos, está devidamente fundamentado o reconhecimento da falta grave, assim, a imposição de seus consectários legais configura mera consequência.

Ante o exposto, não conheço do habeas corpus.

P. I.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)

Relator